

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

Ota ou Otário?

Corre desde há já algum tempo no etéreo mundo da net uma anedota, na qual se afirma que existe uma nova palavra no dicionário de língua portuguesa, a palavra "otário", significando alguém que acredita no novo aeroporto da Ota, sem no entanto saber explicar porquê!

O Governo afirma, porém, que sabe as razões da escolha e para o provar encheu um dia completo com palestras proferidas pelos mais diversos especialistas nacionais e estrangeiros, que realizaram estudos sobre o novo aeroporto, desde 1997 até ao presente.

O que fica destas palestras, no entanto, são meras posições de princípio. Todos defendem a Ota, porque o Governo assim escolheu e é o Governo que paga estes estudos...

Por outro lado, tivemos já em tempos a oportunidade de ouvir outros igualmente especialistas de renome, perorar sobre a tese exactamente oposta. Dessa vez as palestras tiveram lugar na Assembleia da República, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD.

Em que ficamos? Será esta questão meramente política? Terão ambas as posições razão?

Por mim parece-me que a questão será essencialmente económica. Estivesse Portugal numa situação de desafogo financeiro e a construção de um novo aeroporto talvez não se colocasse com as divergências apaixonadas de posições que temos hoje. Como diz o Povo, "casa em que não há pão, todos ralham e ninguém tem razão"...

Mas a verdade é que Portugal passa por uma das piores crises económicas e financeiras da sua história, não se vendo esperança de melhorias nos tempos mais próximos. Será que em tempos de apertar de cinto se devem desviar recursos tão escassos para um projecto como a Ota? Que retorno económico para o produto interno português tem um projecto destes? Quanto do dinheiro investido fica no país? Como explicar a quem é despedido, vê subir os impostos ou baixar as pensões de reforma, que se gastem milhões de euros num novo aeroporto?

Dizem os economistas mais respeitados que este projecto não tem capacidade de retorno do investimento feito e que por isso se devia esperar por melhores tempos, ainda para mais quando a Portela não está ainda a chegar ao seu máximo de saturação, mesmo tendo em conta que um novo aeroporto demorará sempre cerca de dez anos até estar em pleno funcionamento.

Fica-nos a dúvida se a Ota não se tornou na nova casmurrice de Sócrates! Como a co-incineração havia sido a casmurrice de Sócrates no Governo de Guterres... E a dureza e obstinação de Sócrates vai-se tornando na sua casmurrice crónica. Pouco importa o País!

Ota ou otário: poucas dúvidas já teremos de que Sócrates terá a sua Ota, à custa do "Zé Povinho", o eterno "otário" de todas estas decisões.

Governo incapaz de reagir à crise



Destaques

Marques Mendes com os bancários portugueses (pags.2,3 e 4)

Parlamento Europeu (pag 5)

Presidenciais 2006 (Última)

Encontro Nacional de Bancários Sociais-Democratas

O Presidente Partido Social-Democrata presente no encerramento desta reunião faz o «ponto da situação» socio-económica



Decorreu, no passado dia 19 de Novembro, no Porto o “Encontro Nacional de Bancários Sociais-Democratas”, organizado pelos TSD.

Foi conferencista Paulo Teixeira Pinto, presidente do banco “Millenium BCP”, com o tema «A situação da banca e o seu papel na economia portuguesa».

O encerramento do Encontro esteve a cargo de Luís Marques Mendes, presidente do Partido Social-Democrata

O líder do PSD, proferiu, de improviso, um discurso no qual referiu a grande importância que na organização da sociedade portuguesa, têm os sindicatos filiados nos TSD, que lutam e defendem uma sociedade equilibrada, na qual os valores da social-democracia são defendidos e aplicados a nível laboral.

Luís Marques Mendes, acusou o primeiro-ministro de falhar nos seus objectivos de recuperar a economia e fomentar o emprego, condenando-o ainda pelo disparo da despesa pública e pela “voracidade” da política fiscal.

“É difícil encontrar um primeiro-ministro com tanta insensibilidade social em relação ao emprego”, disse Marques Mendes.

Referindo um “crescimento brutal” do desemprego - que situou em 7,7 por cento da população activa (afectando mais de 400 mil portugueses, incluindo 60 mil licenciados) -, Marques Mendes disse que esta taxa “já está” ao nível do que o governo previa para o final de 2006.

O líder do PSD previu um maior agravamento da situação, em parte devido à “voracidade” fiscal do actual do Governo, que disse estar a afectar milhares de pequenas e médias empresas, o “coração da economia portuguesa”.

“Quem tem seguido uma política económica de permanente aumento de impostos, só pode minar a vida difícil das empresas e contribuir para agravar o desemprego em Portugal”, disse.

Segundo o dirigente social-democrata, entre 2005 e 2006, os impostos subiram cinco mil milhões de euros, o que constitui um “dos maiores aumentos da carga fiscal alguma vez registados em Portugal”.

Além de acusar o governo de ser “incapaz de estabelecer uma linha de estímulo e de apoio à recuperação económica”, Marques Mendes disse-ou também “incapaz de controlar as despesas do Estado”.

Nos primeiros dez meses deste ano, face a período homólogo de 2004, a despesa pública aumentou três mil milhões de euros e o défice do subsector Estado cresceu, no mesmo período, 16 por cento, acentuou.

“A situação já não é fruto da herança do passado, mas resultado e

consequência das políticas erradas e injustas que têm sido seguidas por este governo”, comentou Marques Mendes, que acusou ainda o executivo de conceber um Orçamento Geral de Estado para 2006 “com pés de barro”, baseado em dados “desactualizados” e apoiado em pressupostos “que não são reais”.

“Sendo um orçamento feito com base em pressupostos errados, gera ilusões à partida e muitas desilusões à chegada”, acrescentou.

A taxa de crescimento que o governo previa era de meio ponto percentual e foi reduzida para 0,3 por cento, do mesmo modo que foram revistas em baixa a taxa de exportações (de 1,2 para 0,7 cento) e a taxa negativa de investimento (de 2,1 para 2,8), exemplificou Marques Mendes.

“Uma política assim, que lança sacrifícios sobre as pessoas e ao mesmo tempo desbarata dinheiros públicos é injusta, não gera confiança, nem estimula a esperança”, afirmou.

Abordou também a questão dos chamados “projectos faraónicos” do Aeroporto da OTA e do TGV.

Para Marques Mendes, investimentos como estes só devem avançar depois de ficar demonstrado que serão rentáveis. Principalmente numa altura difícil como a que Portugal atravessa, em que são pedidos tantos sacrifícios aos portugueses.

Uma semana após terem sido conhecidas as previsões que demonstram que as conjecturas do Governo, já por si desanimadoras, eram ainda assim optimistas, o líder social-democrata exige uma atitude de responsabilidade nos investimentos públicos.

Deste modo Marques Mendes reclamou estudos idóneos que demonstrem a viabilidade económica destes projectos de grande envergadura referindo: “Numa altura em que o País atravessa uma fase de contenção e de sacrifícios é responsável exigir que estes estudos sejam feitos e se tornem públicos”.

Quanto à promessa de criação de 150 mil novos postos de trabalho a actual taxa de desemprego de 7,7 % «já ultrapassou as previsões do Governo para este ano e já está ao nível das previsões de 2006».

Também “o choque tecnológico prometido e transformado em plano tecnológico se revelou o fiasco que os portugueses sabem”.

Muito aplaudido, Marques Mendes assistiu à votação final, na qual foram aprovadas, por unanimidade, as conclusões que se transcrevem aqui.

Encontro Nacional de Bancários Sociais-Democratas

Importantes conclusões do Encontro, analisam situação geral da Banca, Subsistemas Sociais dos Bancários e Organização Sindical no sector Bancário

Os Bancários Sociais-Democratas reunidos num Encontro Nacional, na cidade do Porto, para debater a situação da Banca e a sua importância na economia portuguesa, o futuro dos subsistemas sociais bancários – segurança social e SAMS – bem como a organização sindical no sector, tomam públicas as seguintes conclusões:

1. A situação da Banca e o seu papel na Economia Portuguesa

O fraco desenvolvimento da economia portuguesa nos últimos 10 anos é inegável. Mas o sector bancário tem sabido proteger-se dessa crise, porque preparou-se a tempo para os efeitos da globalização e da concorrência das economias asiáticas que se encontram em franca expansão.

A banca portuguesa modernizou-se bem, soube Interpretar a competitividade e a produtividade se ganham com a clara aposta na formação e modernização dos quadros e estruturas e é, Inquestionavelmente, o pilar mais dinâmico e sólido da economia nacional.

Portugal tem um sistema financeiro preparado par assumir as suas responsabilidades no apoio e financiamento das Iniciativas empresariais, tendentes ao relançamento da economia, mas são necessárias boas Ideias, bons projectos e Inovação.

A economia portuguesa está essencialmente assente no mercado Interno, na procura interna, circunstâncias que limitam a capacidade do crescimento da economia, sendo indispensável diversificar as suas opções em especial para a área da exportação.

Acreditamos que o desenvolvimento é principalmente da responsabilidade das empresas e das pessoas, mas o Estado não pode criar dificuldades às empresas e às Iniciativas particulares.

Por isso, afirmamos a nossa perplexidade face a notícias recentes, com origem em alguns organismos do Estado e veiculadas pela comunicação social, referentes a algumas Instituições de Crédito (IC's) que, peja forma não rigorosa e ignorante dos efeitos que tais notícias podiam causar à credibilidade e estabilidade do principal pilar do sistema económico português, revelam bem a ligeireza e mesmo Irresponsabilidade que caracterizam o comportamento dessas entidades públicas.

2. Subsistemas Sociais dos Bancários -Segurança Social e SAMS

As dificuldades económicas e sociais do País adormeceram e anestesiaram o direito à Indignação dos portugueses. A Intoxicação demagógica a que o poder político tem sujeito a opinião pública, traduz-se também numa inércia do movimento sindical.

Estão todos condicionados:

- Os comunistas, porque a derrota da “direita”, foi uma sua bandeira nas últimas eleições legislativas e hoje, afrontar “esta esquerda” poderá significar devolver o poder “àquela direita”.
- Os socialistas, porque não afrontam o “seu” poder.



- Os sociais-democratas, por receio da opinião pública e por esta os poder catalogar como paladinos da “oposição pela oposição”.
- Os outros, porque preferem o presente, os cantos da sereia, o “status quo”, à incógnita do amanhã, o frágil posto de trabalho de hoje ao incerto de amanhã.
- É neste clima que se prepara um ataque às condições sociais dos bancários, estimulado pela política do governo socialista.
- Os bancários reformados vão ter já as suas reformas taxadas pela categoria A do IRS e conseqüente agravamento deste Imposto, em vez da categoria H, por Imposição do Governo;
- pretende-se integrar os novos bancários no regime geral da segurança social;
- questiona-se o subsistema de apoio na saúde, o SAMS;
- propõe-se um “novo modelo social” para o sector, que passa simplesmente pela redução de condições sociais, desregulamentação de condições de trabalho;
- prepara-se em segredo a transferência de fundos de pensões de IC' s para a Segurança Social.

Neste último caso, importa recordar que há um ano, quando o governo de então procedeu à transferência Interna do Fundo de Pensões de uma Instituição pública, a CGD, para a Caixa Geral de Aposentações (CGA), para realizar receitas extraordinárias por causa do controlo do défice, o PS e todas as forças políticas da oposição se manifestaram frontalmente contra, apesar de ser uma operação entre entidades públicas e dentro da própria CGA.

Todos nos recordamos do célebre parecer dado na altura aos sindicatos, sobre esta matéria, pelo actual Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Hoje no governo, o PS prepara-se para dar o dito pelo não dito e negociar a passagem de fundos de pensões privados para a segurança social, situação bem mais grave do que fundos públicos dentro da esfera pública, como foi o caso CGD/CGA no ano passado.

O governo, que garantiu combater o défice sem recurso a receitas extraordinárias, está afinal a tentar obter receitas fabulosas.

Só o Fundo de Pensões do BCP representa 2,4% do PIB – o que permitirá, momentaneamente conseguir “milagres orçamentais”, mas com custos e conseqüências imprevisíveis no futuro da segurança social e dos seus beneficiários.

Por isso, temos obrigação de registar estas situações, para alertar e esclarecer os bancários, mobilizar energias e meios, em ordem a salvaguardar a dignidade e o futuro da classe.

É assim que assumimos:

- Novos Bancários

Aceitamos a Integração dos novos bancários no regime geral da segurança social, desde que sejam respeitados os compromissos assumidos pelas entidades subscritoras do ACVT, nomeadamente a majoração dos salários, tal como o BCP já Implementou a partir de Março passado, facto que registamos com agrado.

- Bancários actuais e reformados

Sem pormos em causa as boas Intenções das instituições de crédito em



transferirem para a Segurança Social os Fundos de Pensões, que garantem que tal transferência salvaguardará sempre todos os direitos adquiridos, nomeadamente, a actualização das pensões de reforma na base da

percentagem acordada para os colegas do activo, os Bancários Social Democratas manifestam a sua profunda preocupação e discordância com tais transferências, porquanto, nada nos garante que um qualquer Governo, a começar pelo actual, possa em qualquer momento vir alterar, unilateralmente e por via legislativa, as regras de cálculo e de actualização e, ainda, reduzir direitos adquiridos.

O comportamento radicalmente neo-liberal que o actual Governo tem tido no tratamento das pensões e das questões sociais, é a razão principal das nossas reservas.

Nesse sentido, deve ser ponderada a participação ou acompanhamento dos Sindicatos na Gestão dos Fundos, bem como a constituição de um Fundo de Garantia comum a todas as Instituições, constituído na base dos elevados excedentes dos exercícios da CAFEB, tendo em vista acautelar eventuais dificuldades futuras.

Esta posição não pode ser vista como a defesa de quaisquer privilégios dos bancários, na justa medida em que estes, através da CAFEB, só nos últimos 10 anos, contribuíram para o Regime Geral da Segurança Social com 250 milhões de contos, provenientes, exclusivamente, das contribuições dos bancários e das Instituições de Crédito sem que daí beneficiem de qualquer contrapartida.

· SAMS

Os SAMS são um subsistema de saúde dos bancários, constituído e gerido pelos seus representantes.

Os SAMS têm direito a receber a devida comparticipação do SNS, pelos serviços prestados aos seus beneficiários, e pagar às instituições por aquele geradas os serviços a elas adquiridos. Esclareça-se que esta comparticipação recebida do SNS pelos SAMS, corresponde apenas a um terço do custo "per capita" - com a saúde de cada português suportado pelo Orçamento do Estado.

Estes princípios constam do actual protocolo celebrado entre os SAMS e o Ministério da Saúde, instrumento que deve manter-se e ser actualizado conforme as políticas de saúde em vigor.

3. Organização Sindical no sector Bancário

A realidade do sector bancário exige uma sensibilização cada vez maior, para a participação na vida sindical moderna.

Os Sociais-Democratas assumem esta responsabilidade a dois níveis, ao nível dos TSD e ao nível das organizações sindicais.

a) Os TSD estão conscientes da sua Intervenção histórica no sector e da obrigação que têm em promover e defender as suas Ideias e soluções para a Banca e seus trabalhadores.

Defendemos uma Banca forte, dinâmica, moderna, com credibilidade Interna e Internacional, que dê confiança e resposta aos agentes económicos e às famílias, mas que mantenha também a dimensão social que tomou o nosso sector como um bom exemplo de relações laborais.

Os núcleos, as secções laborais e os dirigentes sindicais e de comissões de trabalhadores dos TSD devem privilegiar o contacto com os colegas nos locais de trabalho, captar novas adesões – jovens, quadros e mulheres – para revitalizar a estrutura e torná-la mais identificada com os problemas e as aspirações dos profissionais das várias instituições.

Nesse quadro, os TSD elegem como seus principais objectivos fortalecer a sua organização e formação, afirmarem-se cada vez mais um parceiro competente, respeitado e reivindicativo no sector e apresentarem-se em todos os actos eleitorais com projectos próprios ou que corporizem os seus valores sempre na defesa dos trabalhadores bancários.

b) A disponibilidade para a actividade sindical encontra-se hoje bastante condicionada. Tal facto deve-se, entre outras razões, à pressão sofrida nos locais de trabalho bem como a uma notória falta de motivação para as questões sindicais.

É necessário re-aproximar os bancários dos seus sindicatos, o que implica que a acção sindical deve ser feita cada vez mais nos locais de trabalho e menos nos gabinetes que, reconheça-se, tem sido a tentação dos últimos tempos com o consequente distanciamento dos associados face aos sindicatos.

A formação sindical, a constituição de comissões de juventude, de quadros e de mulheres, acompanhadas de inovadoras campanhas de sindicalização, devem constituir os pilares fundamentais para ganhar aqueles segmentos de bancários de forma a participarem mais activamente na vida do seu sindicato.

Por outro lado, tem-se vindo a assistir a um cada vez maior reforço das posições dos bancos, quer pela via das fusões quer pela via das integrações,



constituindo-se assim em grandes grupos económicos. Os sindicatos não devem ignorar esta situação e, pelo contrário, devem acompanhá-la com respostas de organização sindical adequadas, que tomem mais eficaz a sua intervenção na defesa dos Interesses dos bancários e do sistema bancário.

É necessário e é possível melhorar o Salário Mínimo Nacional

Um dos documentos presentes nesta reunião, foi um comunicado do Secretariado Nacional dos TSD sobre Salário Mínimo, no qual se lembra que «O governo reuniu na passada semana com os parceiros sociais e apresentou uma proposta de 3% para aumento do Salário Mínimo Nacional. Ou seja, mais 11,24 Euros por mês, o que dá um aumento ridículo de 0,37 cêntimos por dia.

«Obviamente que estamos em presença de um aumento tão baixo que fala por si. Esta proposta do governo só é por ele justificada, porque está inserida na política orçamental e porque muitas prestações sociais estão indexadas ao Salário Mínimo Nacional.

«Os TSD propuseram em Setembro último, para a política de rendimentos para 2006, um aumento do SMN de 5% .

«Consideramos que é possível negociar em sede de concertação, com os parceiros sociais, um compromisso que passe pela actualização média anual desses 5% e que, esse facto, não acarrete iguais aumentos para os restantes salários e prestações sociais.

«São mais de 300 mil portugueses que estão a auferir esse vencimento, extremamente baixo. O seu aumento não contribuirá para influenciar a inflação. E acreditamos que as próprias empresas que hoje pagam na base do SMN, aceitam que num espaço de 5 ou 6 anos esse salário atinja o número psicológico positivo de 500 Euros, o correspondente aos 100 contos em moeda antiga.

«Sem dramas e com realismo, para não agravar os problemas do défice público, impõe-se libertar o SMN dessa indexação às prestações sociais e abordar o problema do SMN com as associações empresariais, de modo a calendarizar uma melhoria significativa desse vencimento em termos que, por um lado vá ao encontro da justa dignificação de quem trabalha e, por outro, esse aumento se faça de acordo com as possibilidades das empresas e dos sectores onde é mais praticado.

«É neste sentido que os TSD solicitam ao governo que se disponibilize para, de forma construtiva e fundamentada, estudar atempadamente com os parceiros sociais que integram o Conselho Permanente de Concertação Social, as medidas necessárias que permitam o aumento do SMN para os 500 Euros nos próximos 5 a 6 anos.» – Fonte: Secretariado TSD

Intervenção do Deputado Carlos Coelho sobre os Centros de Detenção secretos na Europa

O respeito dos direitos humanos não é a nossa fraqueza mas sim a nossa força

O Deputado do PSD Carlos Coelho foi o porta-voz do Grupo PPE-DE no debate do Parlamento Europeu sobre “Centros de detenção secretos” na Europa.

No seguimento de notícias veiculadas pela imprensa internacional sobre a existência de prisões secretas geridas em países da União e candidatos por entidades oficiais de países terceiros, nomeadamente a C.I.A., o Comissário Franco Frattini veio ao Parlamento Europeu proferir uma declaração em nome da Comissão sobre a matéria.

Carlos Coelho abriu o debate parlamentar afirmando que “são graves e preocupantes as notícias publicadas pelo ‘Washington Post’ em 3 de Novembro, e corroboradas pela ‘Human Rights Watch’ que já em Abril deste ano tinha denunciado a criação e a utilização de centros de detenção secretos, nomeadamente na



Europa de Leste (Polónia e Roménia), onde é recusado acesso aos direitos mais elementares e praticados actos desumanos, crueldade e de tortura”.

O deputado europeu social-democrata afirmou que “estes factos alegados são contrários às Convenções de Genebra, assim como outros instrumentos humanitários internacionais e que as regras internacionais deverão ter uma aplicação plena, em todas as circunstâncias e qualquer prisioneiro deve ser acusado formalmente dos crimes que lhe são imputados, e ser submetido a um julgamento justo perante um tribunal competente, imparcial e independente”.

Carlos Coelho lembrou também que “o Parlamento Europeu já se pronunciou quanto à situação de Guantanamo, relativamente à qual as autoridades americanas nos últimos 4 anos persistem em recusar a entrada (ou a sujeitar a regras inaceitáveis) a uma missão da ONU de investigação sobre os direitos humanos”.

Sobre a atitude de autoridades

americanas, o Deputado sublinhou “a diferença de registo entre a Casa Branca e o Senado Americano, considerando muito encorajadoras as decisões tomadas recentemente pelo Senado, por esmagadora maioria, relativamente aos direitos dos prisioneiros, por iniciativa do Senador John McCain, e da exigência de uma investigação sobre este escândalo das prisões secretas, por iniciativa do Senador John Kerry”.

Reportando-se ao que está em causa, Carlos Coelho frisou que “não podemos permitir que o território europeu seja utilizado em práticas de detenção secretas, em latente conflito com as regras internacionais de direitos humanos ou que países europeus aceitem ser utilizados pelos Estados Unidos para o trânsito e/ou a detenção deste tipo de prisioneiros, detidos de forma arbitrária e secreta e manifestamente ilegal, nos termos da lei internacional”. Neste sentido, manifestou o seu aplauso em relação à “decisão da Comissão dos Assuntos Jurídicos da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, no sentido de iniciar uma investigação relativa à existência de centros de detenção, operados pelos Estados Unidos, em Estados Membros do Conselho da Europa”.

Deixando bem claro que “todos somos solidários com os países que sofreram directamente a violência atroz dos ataques terroristas, sejam os Estados Unidos, a Espanha, o Reino Unido ou qualquer outro. Partilhamos da sua determinação no combate ao terrorismo internacional, que deverá passar pela detecção e a prevenção de actos terroristas, por colocar perante a justiça os seus responsáveis e punilos de forma adequada e eficaz, e acima de tudo pela protecção da vida humana”. Carlos Coelho concluiu enunciando com clareza os princípios que nos norteiam nesta matéria essencial: “Quaisquer que sejam as medidas que venham a ser tomadas, deverão sê-lo no pleno respeito dos direitos humanos e do primado do direito. Esta não é a nossa fraqueza, como alguns poderão pensar, mas sim a nossa força que permitirá concentrar um amplo apoio internacional em torno da nossa luta comum contra o terrorismo, permitindo distinguir claramente o que nos separa dos terroristas: o respeito pela vida humana, pela sua dignidade e pelos seus direitos elementares”.

Carlos Coelho apoia Relatório sobre proposta de Regulamento relativo a facilitar a emissão de vistos para os jogos olímpicos e/ou para-olímpicos de Inverno- 2006

No âmbito da votação, no Parlamento Europeu, do Relatório sobre a proposta de Regulamento relativo a medidas destinadas a facilitar os procedimentos de pedido e de emissão de visto aos membros da família olímpica que participam nos Jogos Olímpicos e/ou Para-olímpicos de Inverno de 2006 em Turim, o Deputado do PSD Carlos Coelho afirmou:

“Os Jogos olímpicos e paraolímpicos de Atenas, em 2004, realizaram-se pela primeira vez num Estado Membro, que participa no espaço Schengen, sem controlos nas fronteiras internas.

Daí a necessidade de, nessa ocasião, se aprovar um Regulamento (1295/2003), com o objectivo de simplificar os procedimentos de pedido e de emissão de vistos Schengen aos membros da família olímpica que deveriam participar nos jogos olímpicos em Atenas.

Em termos práticos, iria permitir que eles pudessem entrar no território do Estado onde decorrem os jogos sem terem de se sujeitar a outros procedimentos ou formalidades, para além de possuírem esse cartão de autorização, juntamente com o passaporte ou outro documento oficial de viagem.

Na sequência da avaliação feita em relação à sua aplicação na Grécia, concluiu-se que este regime de derrogação foi um sucesso e que constituía um instrumento flexível e eficaz e que não comprometia o nível de segurança exigido no interior do espaço Schengen.

Apoio, assim, esta proposta que adopta um regime quase idêntico (desta vez, em co-decisão), com algumas adaptações ao regulamento de forma a ser aplicado aos novos jogos olímpicos e para-olímpicos de Inverno de 2006, em Turim.”

Carlos Coelho reúne com Governo Português e visita SIRENE

O Deputado Carlos Coelho é o Relator do Parlamento Europeu para o Sistema de Informações de Schengen (SIS) que assegura a partilha de informações entre as autoridades dos Estados membros essenciais ao controlo das fronteiras externas da União.

A segurança das fronteiras externas é crucial sobretudo num espaço sem controlo de fronteiras internas e no contexto do alargamento da União a mais Estados. Recorde-se que o SIS abrange actualmente 13 Estados-Membros da União (a Irlanda, o Reino Unido e os novos 10 Estados-Membros ainda não participam).

No contexto da elaboração do Relatório do Parlamento Europeu, o Deputado Carlos Coelho reúne amanhã, sexta-feira, às 10h00, com o Secretário de Estado José Magalhães, no Ministério da Administração Interna encontra-se com o Director do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) e visita o SIRENE (antena portuguesa do SIS).



Agências Europeias de Regulação: Para uma organização racional e coordenada

Assunção Esteves, Deputada Europeia do PSD, defendeu a ideia de uma organização racional e coordenada das agências europeias de regulação, num debate do Parlamento Europeu sobre a matéria.

“A Europa não pode fechar os olhos ao problema de governabilidade que emerge da sua extensão e da sua ambição, por isso, as agências de regulação exigem das instituições políticas europeias a assunção de uma responsabilidade partilhada”, afirmou a Deputada.

“A Comissão propõe, no Livro Branco sobre a governança europeia, que as agências de regulação europeia devem ter um enquadramento legislativo. A ideia desenvolve-se, agora, no sentido de um acordo interinstitucional que é urgente e ainda não viu a luz. Porque se há exemplo no sistema de tomada de decisão política de uma realidade que reclama uma organização racional e coordenada esse é, sem dúvida, o das agências europeias de regulação”, afirmou Assunção Esteves.

Sublinhando a indispensabilidade de uma racionalização e uniformização da estrutura das actuais e futuras agências no interesse da clareza, da transparência e da segurança jurídica, a Deputada Social-Democrata enunciou as razões justificativas: “Desde logo, por uma razão de natureza: a do seu número e a da diversidade dos espaços vitais a que se dirige; mas também porque a estrutura institucional europeia é ainda uma estrutura fragmentária, uma estrutura à procura da força integradora duma Constituição que, por isso mesmo, exige, por enquanto, acordos interinstitucionais e um esforço de organização prudente e permanente”.

A concluir, Assunção Esteves defendeu que “um acordo interinstitucional potencia o sucesso destas agências; supera vazios de procedimento e, por esta via, imprime racionalidade e eficácia à execução das políticas europeias, porque, afinal, temos todos que reconhecer que é uma base racional aquela que estrutura todo o discurso europeu”.



Propostas de Duarte Freitas aprovadas em Estrasburgo



O relatório de iniciativa do PE, com base na Comunicação da CE para um “Plano de gestão da Enguia Europeia” de 2003, foi votado favoravelmente no Plenário do Parlamento Europeu em Estrasburgo.

Neste relatório, que engloba algumas medidas importantes para assegurar a perpetuação desta espécie, o Deputado Europeu Duarte Freitas viu todas as suas propostas de alteração aprovadas, fazendo assim parte do texto consolidado.

Desde logo, foi aprovada a proposta de alteração de Duarte Freitas em relação ao nome do

Relatório que passou de “Plano de Gestão” para “Plano de Recuperação”, com outras alterações consequentes no sentido de expressar que, mais do que gerir um recurso em vias de extinção, é necessário recuperar a sua população, como afirmou o Deputado Europeu: “Não é possível gerir um recurso que praticamente não existe. Primeiro é necessário recuperá-lo!”

A aprovação deste documento poderá, segundo Duarte Freitas, “acelerar a implementação de medidas para prevenir a extinção desta espécie com elevado interesse económico e gastronómico para Portugal”.

Para Duarte Freitas é “fundamental que sejam tomadas medidas que permitam inverter a tendência cada vez mais evidente de desaparecimento desta espécie. Nessa medida, considero que esta tomada de posição do Parlamento Europeu é um bom passo no sentido de defender esta espécie e a pesca que lhe está associada”.

Deputado Europeu Silva Peneda chefia Missão às eleições na Venezuela

Uma Missão Europeia, presidida pelo Deputado do PSD ao Parlamento Europeu, foi constituída pela Comissão Europeia, a convite do Conselho Nacional Eleitoral da República da Venezuela, a fim de observar a campanha eleitoral para as eleições legislativas de 4 de Dezembro próximo.

Silva Peneda dirige o trabalho de cerca de 160 observadores. A Missão integra 10 diplomatas das embaixadas dos Estados membros em Caracas, uma delegação de Deputados do Parlamento Europeu e 140 peritos eleitorais, incluindo especialistas em votações electrónicas. A Missão já se encontra em Caracas em reuniões de trabalho com o Conselho Nacional Eleitoral (CNE).

De 15 a 18 de Novembro, o Dr. José Silva Peneda cumpriu um programa de reuniões e actos oficiais com Membros do Governo venezuelano, Partidos políticos, Magistrados dos Tribunais superiores, Membros do Corpo Diplomático e instituições ligadas ao processo eleitoral.

Estas Missões constituem um contributo importante da União Europeia, procurando afirmar a vontade de respeito das liberdades democráticas essenciais à verdade dos processos eleitorais, na linha do compromisso europeu de promoção da democracia, dos direitos humanos e do primado da lei.

As eleições na Venezuela serão seguidas por observadores, distribuídos por todo o país, com a missão de acompanhar a organização do processo eleitoral, o desenrolar da pré-campanha eleitoral, o dia das eleições, a contagem dos votos e a publicação dos resultados.

Alberto João Jardim acusa Governo Sócrates de querer “conflito nacional” com região

O presidente do executivo madeirense, Alberto João Jardim, acusou hoje o Governo da República de querer criar um “conflito nacional” com a Madeira a propósito do pagamento das obrigações do Estado para com a Região.

No final de uma reunião sobre a prossecução do programa 2004-2008 do Governo Regional, realizada no Santo da Serra, Alberto João Jardim chamou a atenção dos madeirenses para o que considerou ser um “boicote do Governo socialista”.

“A população está sob o boicote do Governo socialista; e esse boicote é a pedido do PS de cá [Madeira]”, declarou.

Jardim referiu que “as dificuldades estão a ser cada vez maiores devido ao boicote”, especificando que “não se resolvem os assuntos da Madeira, não se paga o que se deve à Madeira e tenta-se sabotar, no Orçamento do Estado, os meios financeiros da Região”.

Entre os incumprimentos do Governo da República para com a Madeira, o executivo regional reclama o pagamento de 150 milhões de euros relativos, entre outras matérias, à Lei das Finanças Regionais e devolução de IRS de funcionários públicos da administração, central em serviço na Região.

“Queria evitar ir a tribunal exigir o pagamento do que se deve à Madeira, ou até fazer condenar, em tribunal, as pessoas que estão a cometer o crime de desobediência qualificada em relação à Lei [das Finanças Regionais]”, disse.

“Eu queria evitar tudo isto, mas há quem queira ir por estes caminhos”, afirmou, acusando o executivo liderado por José Sócrates de “ir por maus caminhos, porque quer arranjar um conflito nacional”.

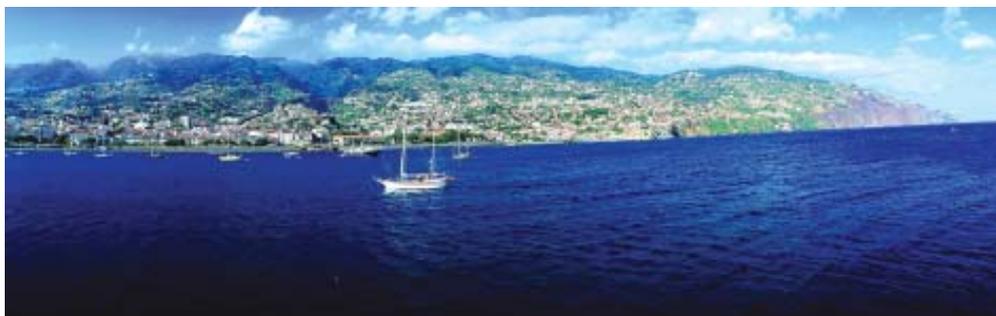
“Outras entidades nacionais já perceberam isto”, disse Jardim, sem especificar, reclamando que “alguém tem de manter o Governo na ordem”.

Jardim denunciou ainda que o Governo da Madeira está novamente impedido de recorrer ao endividamento externo, para investimentos com vista ao desenvolvimento regional.

“O Governo da República paga 350 milhões de euros a empresas públicas que estão num estado lastimoso, só para manter preços políticos no distrito e na área de Lisboa e põe o resto do país a pagar...”, acusou.

Apesar de todas estas dificuldades, Alberto João Jardim garantiu que o programa do Governo Regional está a ser desenvolvido “normalmente” e será cumprido “mesmo contra o boicote do Governo de Sócrates”.

“A população que peça responsabilidades a quem está a fazer este boicote”, disse, a terminar esta comunicação, o líder do executivo madeirense. – Fonte: Lusa



Notícias do Fundão

Quatro anos que mudaram uma comunidade; e trabalho a continuar neste mandato social-democrata



O Fundão era, há quatro anos, uma sociedade estagnada e rendida à sua condição de interioridade. Há quatro anos o Fundão desaparecia no panorama regional, o turismo não existia e o comércio estava francamente em declínio.

Com a gestão social-democrata liderada por Manuel Frexes, em 2002 eram lançadas as bases de um Concelho mais moderno e voltado para o futuro. Começavam a ser introduzidas reformas que há muito eram reclamadas.

Nos últimos quatro anos, o Fundão foi o município da Região Centro que mais candidaturas apresentou a Fundos Comunitários. Foram apresentadas cerca de 400 candidaturas com um montante de investimento global superior a 75 milhões de euros.

Ao nível do investimento privado o Município do Fundão deixou de ser um destino menosprezado para passar a ser atractivo de investimentos nacionais e estrangeiros.

Nos últimos quatro anos foi

empreendido o maior volume de investimento público alguma vez ocorrido no Concelho. Foi realizado mais investimento em 4 anos que nos 14 de governação socialista que antecederam este último mandato social-democrata.

Empreendeu-se também um verdadeiro Projecto Turístico: mobilizador, único e potenciador das enormes riquezas e recursos deste território. O Fundão recuperou o tempo perdido e transformou a sua Aldeia Histórica de Castelo Novo numa das mais atractivas do país. Inscreveu Janeiro de Cima na Rota das Aldeias de Xisto da Região, sendo hoje uma referência nesse roteiro. Foi aprovada, com marca de distinção e como uma das melhores, alguma vez apresentadas, a pré-candidatura ao Programa PITER. Trata-se de um projecto global que envolve em investimento público-privado na ordem dos 125,6 milhões de euros, ou seja, mais de 25 milhões de contos. O Fundão é hoje apontado, neste domínio, como um exemplo de desenvolvimento turístico no país. O Município do Fundão apostou nos

produtos locais e tradicionais designadamente a cereja. Deu-se a conhecer o Fundão com uma marca de excelência.

Ao nível da programação cultural e da promoção, foi criado um programa devidamente reconhecido, calendarizado, de qualidade e com grandes iniciativas, designadamente, com a Quadragésima, o Festival da Cereja; Festival do Vento; o Cale; o Festival da Transumância, os Chocalhos, o Imago, a Rota dos Castros, entre outros. Ao nível da cultura o Fundão passou a ser uma terra com identidade e com património e uma referência cultural na região e no país.

O Fundão, nos mais diversos domínios, é um exemplo de um município que soube agarrar as oportunidades. Há uma reconhecida liderança regional, há um forte pólo turístico que revitaliza o comércio e valoriza os produtos locais. O Fundão é o hoje um território planeado e a pensar no futuro. O modelo do PSD no Fundão pode ser um exemplo a seguir.

– PSD/Fundão

Jornadas Parlamentares em Angra do Heroísmo, de 13 a 14 de Novembro

O Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reuniu, em jornadas parlamentares, na ilha Terceira, para analisar as relações financeiras entre o Estado e a Região, bem como a proposta de Plano e Orçamento Regional para 2006.

O Grupo Parlamentar contou, no primeiro dia de trabalhos com a participação do Prof. Patinha Antão, Deputado do PSD na Assembleia da República e Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças.

Dos trabalhos resultaram as seguintes conclusões:

1. As relações do Governo Regional de Carlos César com o Governo da República do Eng.º José Sócrates puseram em crise a estabilidade e a previsibilidade do relacionamento financeiro entre o Estado e a Região Autónoma dos Açores, objectivos estratégicos da Lei de Finanças das Regiões Autónomas (LFRA's).

2. Os açorianos em nada beneficiam com um mau relacionamento entre os actuais governos Regional e da República, com a consequência que se regista no decréscimo das transferências do Orçamento de Estado para a Região, resultante do inédito incumprimento da LFRA e o não pagamento da dívida do Governo da República aos Açores.

3. O Presidente do Governo Regional afirmou que tinha tudo negociado com o Governo da República, no sentido do Estado pagar as suas dívidas aos Açores.

4. O Ministro de Estado e das Finanças, por outro lado, referiu que "O Orçamento não prevê nenhuma verba para pagar as dívidas da República aos Açores", e o Primeiro-Ministro declarou que "(...) no Orçamento nada será alterado".

5. A bem da verdade e da credibilidade da actividade política impõe-se o total esclarecimento dos efectivos compromissos entre o Primeiro-Ministro e o Presidente do Governo Regional. Importa saber quem diz a verdade.

6. O Plano e Orçamento para 2006 proposto pelo Governo Regional são documentos de mera continuidade e ilusão.

7. Ao contrário do propagandeado, este Plano e Orçamento, devidamente analisados, demonstram que não são os maiores de sempre, e estão recheados de artifícios enganadores.

8. Da apreciação efectuada aos documentos de planeamento regional



detectou-se que os valores previstos nas Orientações de Médio Prazo (OMP) 2005-2008, publicadas no Diário da República, não coincidem com os valores aprovados no Parlamento Regional no passado mês de Abril, registando-se uma diferença significativa. O total aprovado para as verbas do Plano foi de 1.328 milhões de euros, enquanto o total publicado foi de 1.243 milhões de euros. O total aprovado para as verbas globais de investimento foi de 2.377 milhões de euros, enquanto o total publicado foi de 1.987 milhões de euros. Tal facto não está explicado e exige um esclarecimento que o Grupo Parlamentar do PSD vai requerer ao Presidente da Assembleia.

9. Construtivamente, o Grupo Parlamentar do PSD vai apresentar no debate propostas de alteração ao Plano e Orçamento, e decidirá o seu sentido de voto no decorrer dos trabalhos.



Na sessão de 2 de Novembro da ALRA, os deputados regionais António Ventura, Clélio Meneses e José Fernando Gomes, que tem sido das vozes mais activas da Assembleia regional, fizeram uma intervenção colectiva, sobre a forma de documento dirigido ao Governo, no qual, abordando a perene questão das quotas leiteiras, afirmaram:

Considerando que a produção de leite neste Arquipélago é um dos grandes motores do desenvolvimento socioeconómico dos Açores.

Tendo certo e, dada esta realidade, que é fundamental acompanhar a evolução produtiva de leite nesta Região com objectividade e atenção,

percebendo, acima de tudo, as suas tendências futuras.

Na certeza que só é possível fundamentar estratégias políticas para este subsector pecuário e suas áreas afins se, além da compreensão da influência das políticas externas, igualmente, atendermos à vontade quer da indústria láctea quer dos Produtores de Leite.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados subscritores solicitam os seguintes esclarecimentos:

— Qual a quantidade global solicitada, este ano, pelos Produtores de Leite referente a aumento de quota leiteira?

Ainda e sempre a questão das quotas leiteiras...

— Em que grandeza parcelar se verifica um maior pedido para aumento de quota leiteira?

— Em que faixa etária se verifica um maior pedido de aumento administrativo de quota leiteira? – **Gab. PSD/Alra**

Preocupações sobre a execução do SICATE afectam agricultores que a ele recorreram

Os Deputados Regionais António Ventura, Clélio Meneses e José Fernando Gomes, em resposta a reclamações e pedidos dos agricultores que recorrem ao SICATE, levantaram o problema na Assembleia Regional, perguntando, no dia 17, ao Governo Regional:

Considerando que o Decreto Legislativo Regional n.º 23/99/A de 31 de Julho de 1999 estabelece um sistema de apoio ao crédito para a aquisição de terra (SICATE), traduzindo-se num incentivo à necessária reestruturação fundiária.

Tendo certo que muitos Agricultores recorrem a este instrumento de apoio,

para adquirirem terrenos rústicos.

Dado que alguns Agricultores nos tem contactado, mostrando preocupação e manifesta insatisfação, sobre o atraso de dois meses no pagamento dos juros por parte do Governo Regional às respectivas entidades bancárias.

Na certeza que as entidades bancárias continuam a sacar das contas dos beneficiários o juro correspondente ao empréstimo constituído.

Situação e, segundo os próprios, que lhes acarreta dificuldades financeiras.

Tudo se torna mais estranho quando estas faltas de pagamento por parte do Governo, mais uma vez, não coincidem com o discurso oficial de desafio das finanças Regionais.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados subscritores solicitam os seguintes esclarecimentos:

— Qual a razão do atraso do pagamento dos juros às entidades bancárias?

— Quantos Agricultores estão a ser beneficiários ao abrigo do SICATE?

— **Gab. PSD/Alra**

Notícias de Braga

O notável desenvolvimento do Concelho, torna lógica a implantação do futuro Instituto de Investigação e Desenvolvimento Portugal-Espanha

No passado dia 20, a Comissão Política Concelhia de Braga, reuniu extraordinariamente, para apreciar a decisão dos Governos Ibéricos de instalarem em Braga o Instituto de Investigação e Desenvolvimento Portugal-Espanha.

Esta decisão é tanto mais significativa quanto é sabido que o actual Governo Português não encara com a mesma pertinência a lógica de descentralização administrativa prosseguida pelo anterior Executivo, pelo que a escolha de Braga para a localização desta nova entidade terá resultado de um reconhecimento inequívoco do potencial deste concelho enquanto capital da inovação no seio da região do conhecimento.

Como esta estrutura partidária tem vindo insistentemente a invocar, existe já neste concelho e, de uma forma mais abrangente, no distrito e no Minho, um assinalável trabalho dos agentes locais de desenvolvimento (mormente, as Universidades, as Empresas e as Associações Empresariais), um forte espírito empreendedor e um elevado potencial de crescimento pela via da inovação e da tecnologia, que cumpre reconhecer e apoiar pelos organismos



públicos a nível nacional e local.

Em particular, registre-se o dinamismo empresarial e as elevadas qualificações de uma população maioritariamente jovem como factores de competitividade que urge catalisar numa lógica de captação de novos investimentos e criação de mais empresas e empregos, em alternativa ao esgotamento visível de alguns dos sectores tradicionais.

A criação deste Instituto de Investigação poderá, pois, assumir-se como um inestimável contributo para a

prossecação destes objectivos e para a valorização do trabalho já mundialmente reconhecido de muitos investigadores da Universidade do Minho nas áreas de vanguarda da ciência, contribuindo igualmente para o estímulo ao aprofundamento das relações sócio-económicas no seio da Euro-Região Galiza-Norte de Portugal.

A este nível, a Comissão Política do PSD de Braga e, em especial, os seus autarcas nos órgãos locais, procurarão assegurar toda a colaboração da Câmara Municipal de Braga na concretização

deste projecto, procurando evitar a falta de empenho e sensibilidade que a mesma vem revelando para estas prioritárias áreas da Gestão Municipal.

Bem pelo contrário, a inexistência de um compromisso claro quanto à concretização e calendarização da ligação em Alta Velocidade entre Porto, Braga e Vigo, a complementar outras infra-estruturas de transporte tidas como prioritárias por esta estrutura partidária (como o Metro de Superfície no Quadrilátero Urbano Braga-Guimarães-Barcelos-Famalicão), revela uma clara falta de sensibilidade do Governo Português para com a promoção da coesão nacional e para com as aspirações desta região que entendemos repudiar veementemente.

No futuro, a Comissão Política Concelhia do PSD de Braga continuará a empenhar-se publicamente e nas diversas instâncias em que se encontra representada pelas metas e pelos princípios que consagrou no seu modelo de desenvolvimento para o concelho e para a região, com o objectivo de proporcionar melhores condições de vida a todos os Bracarense.

- Gab. Imp. CPS/Braga

Notícias de Ovar

“Sinais de ameaça grave” do mar sobre a costa, em alerta urgente do PSD vareiro

O PSD de Ovar lançou no dia 19, um alerta para os “sinais de ameaça” do mar sobre a costa e reclamou um “tratamento excepcional” para a situação, particularmente grave no bairro piscatório de Esmoriz.

Dirigentes locais, autarcas e deputados do PSD visitaram hoje as praias do concelho, onde nos últimos dias o mar tem feito investidas.

“Queremos alertar mais uma vez para esta situação preocupante. Estamos a entrar no Inverno com as marés vivas e o mar está a dar sinais de ameaça”, disse aos jornalistas Álvaro Santos, vereador da oposição na Câmara de Ovar e presidente da concelhia do PSD.

Segundo o autarca, foi recebido na Câmara um ofício do Instituto Nacional da Água (INAG), em que se comunicava que a situação era do conhecimento daquela entidade, mas aguardava disponibilidade financeira para realizar as obras de defesa costeira necessárias.

Para Álvaro Santos “Ovar é um dos concelhos mais fugitados pelo avanço do mar e as situações excepcionais devem ter um tratamento excepcional”.

A situação mais preocupante verifica-se no bairro dos pescadores de Esmoriz, onde, mais uma vez, na noite de sexta-feira o mar galgou a praia e entrou nas casas mais próximas.

Em 1997, foi assinado um protocolo entre a autarquia e o INH visando transferir o bairro piscatório para nascente, nos termos do qual as casas novas deveriam estar construídas no ano 2000.

“Está tudo na mesma e a Câmara e a administração central têm grandes

responsabilidades”, acusou o vereador da oposição, salientando que vivem ali “centenas de pessoas em condições desumanas, com as ratazanas que se escondem nos esporões a entrarem para as habitações quando o mar sobe”.

Outro local visitado foi a praia da Cortegaça, onde uma escola está em cima da duna e o mar avançou cerca de 50 metros a Sul, junto a um parque de campismo.

Em Maceda, embora não estejam

populações em risco imediato, o mar “comeu” as dunas primária e secundária, formando uma ravina com cerca de 20 metros de declive quase vertical, que no Verão passado não existia.

O PSD de Ovar teme que a construção dos molhes do Douro seja mais um entrave à deposição de sedimentos a sul e à recarga natural das praias e como medida urgente reclama a reconstrução da cabeça dos esporões em Ovar e a reparação das obras longitudinais, ainda que o sistema de defesa do cordão dunar careça de uma intervenção de fundo.

Regina Bastos, deputada do PSD pelo círculo de Aveiro, prometeu levantar a questão na Assembleia da República, “logo que haja disponibilidade de agenda parlamentar”.

“Sabemos que o país vive com dificuldades graves e compreendemos que o governo tem de ser criterioso nas despesas, mas não compreendemos que não haja verbas para estas obras urgentes e se mantenham as SCUTs e se pense em Otas e TGVs”, declarou a deputada no final da visita. - Fonte: Lusa



Reestruturação urbanística da zona do “Estoril Sol”

A Assembleia Municipal de Cascais deverá apreciar dia 28 de Novembro o plano de pormenor para a reestruturação urbanística dos terrenos do Hotel Estoril-Sol, na sequência de uma decisão tomada no dia 20 pela edilidade.

A decisão foi tomada em reunião do executivo, mas mereceu a abstenção dos vereadores do PS.

O plano de pormenor do Hotel Estoril-Sol define que o complexo imobiliário previsto “representa uma quebra de um terço na edificabilidade do edifício actualmente existente, traduzida na redução dos actuais 44.000 metros quadrados para 30.000, distribuídos em 28.800 para área habitacional e 1.200 para área comercial”.

O protocolo entre a Estoril-Sol e

uma nova unidade hoteleira, com 200 quartos, em local ainda a definir.

No espaço envolvente ao actual hotel, o plano de pormenor determina que será construída uma praça, um estacionamento público subterrâneo com 100 lugares, uma passagem pedonal inferior “direccionada para o mar, atenuando a barreira formada pelo eixos ferroviário e rodoviário”.

A requalificação e ampliação do Parque Palmela, é também abrangida pelo plano de pormenor.

Cascais “veste-se” de luz!

A Câmara Municipal de Cascais e a Sociedade Propaganda de Cascais inauguraram, no dia 18, as decorações de Natal, que enchem de luz as



Visconde da Luz são ornamentadas com estrelas e bolas de Natal, simulando rastos de luz que produzem um efeito dinâmico ao longo da rua.

As iluminações de Natal, tradição que a Câmara de Cascais faz questão de cumprir, resultam de uma parceria entre a autarquia e a Sociedade Propaganda de Cascais que envolve um investimento de 260.000 Euros.

Cascais vestiu-se de luz, na passada sexta-feira, num acto simbólico, que reuniu, junto aos Paços do Concelho o Presidente da Câmara Municipal de Cascais, António d’Orey Capucho, e representantes das forças vivas do concelho, seguido de uma visita às ruas adornadas.

António Capucho visita empreendimento da Adroana, assina contratos de arrendamento e visita creche

O Presidente da Câmara Municipal de Cascais, António d’Orey Capucho, esteve, na passada semana, no Empreendimento da Adroana, onde assistiu à cerimónia de assinatura de contratos de arrendamento no âmbito do Programa Especial de Realojamento

(PER), e visitou as futuras instalações da ludoteca e creche deste empreendimento.

Constituído por 272 fogos (129 PER e 143 Habitação a Custos Controlados), o empreendimento da Adroana resulta de um investimento que ascende aos oito milhões de euros.

A creche familiar da Adroana surge com o intuito de responder às carências existentes ao nível da 1ª infância, resultante do crescimento urbanístico e consequentemente da elevada taxa de procura das famílias para o acolhimento dos seus filhos.

Apoiada noutras experiências positivas, designadamente no Zambujal, Mata da Torre, Matos Cheirinhos e Brejos, a autarquia disponibilizou um fogo no empreendimento que terá a capacidade para acolher cerca de 16 crianças, dos 0 aos 3 anos de idade.

A creche da Adroana, ainda em projecto, bem como a futura ludoteca inserem-se no objectivo global de promoção e desenvolvimento sócio-urbanístico, sustentado em princípios e estratégias de intervenção nas comunidades locais, que visa conjugar a melhoria da qualidade de vida das famílias.

– Fontes: Gab. Imp. Cascais; Fotos: Luís Bento



a autarquia estabelece que a componente hoteleira seja compensada através da reconstrução do Hotel Miramar, com 100 quartos, no Monte Estoril, e da construção de

principais artérias e edifícios da Vila. Este ano, para além dos habituais edifícios, também a Cidadela de Cascais e o Mercado estão adornados.

As ruas Frederico Arouca, Sebastião José de Carvalho e Melo e



Notícias de Sintra

Encorajamento e patrocínio de iniciativas culturais de grande significado

A autarquia que agora entra na segunda governação de maioria PSD, tem vindo, sob a gestão do nosso Partido, a desenvolver, patrocinar e angariar acções de mecenato, para a sua acção cultural, que pode considerar-se exemplar.

Uma acção recente envolve a obra do escritor luso-moçambicano Mia Couto, que foi abordada nos seus aspectos críticos, poéticos e plásticos.

“Navegando no mar que nos navega: abordagens à obra *Mar me quer* de Mia Couto”, de autoria de Maria João Coutinho, Valerij Lebedev e Simion Doru Cristea, é o título do livro que foi lançado no mês passado na Biblioteca Municipal de Sintra. A apresentação da obra foi feita pelo escritor Miguel Real.

Maria João Coutinho faz a abordagem crítica da obra, Simion Cristea faz a abordagem poética e Valerij Lebedev a abordagem plástica.

A obra literária do moçambicano Mia Couto tem um lugar bem definido na literatura do mundo actual. É considerado um dos dez melhores autores do continente africano, muito apreciado no Brasil, onde ocupa uma das cadeiras da Academia de Letras Brasileira, tendo igualmente em Portugal uma forte recepção literária, onde é o autor estrangeiro mais lido e premiado.

A sua obra, escrita em língua portuguesa, está traduzida em 14 línguas e tem servido para a elaboração de numerosas teses de mestrado e doutoramento em variadíssimos países, tendo os autores das mesmas vindo a ser, por vezes, os seus tradutores.

Em 1998, teve lugar na cidade de Lisboa uma exposição mundial dedicada ao tema “Os Oceanos”. A direcção desta exposição solicitou a vários escritores nacionais e estrangeiros que elaborassem algo sobre o tema e coube a Mia Couto escrever um pequeno romance cujo título é “Mar me quer”.



**WORLD PRESS
CARTOON**
SINTRA 2005

Toda a obra de Mia Couto levou Maria João Coutinho, Valerij Lebedev e Simion Doru Cristea a escrever sobre ela. Assim, nasceu “Navegando no mar que nos navega: abordagens à obra *Mar me Quer* de Mia Couto”, um livro que faz três abordagens: crítica, poética e plástica.

Uma outra componente importante deste estudo

é a explicação das metáforas coutianas segundo os modelos apresentados pelo linguista romeno Eugenio Coseriu e o filósofo Lucian Blaga, aplicados na poética linguística pelo professor Mircea Borcil’.

“World Press Cartoon”, que teve Sintra como palco, foi editado em livro

O “World Press Cartoon” e as Livrarias Bertrand estabeleceram uma parceria para a promoção do livro-catálogo da primeira edição do Salão, que decorreu em Sintra, no passado mês de Maio. A cerimónia de apresentação teve lugar no dia 16 de Novembro, na Bertrand do “Picoas Plaza”, tendo Fernando Seara participado na apresentação deste trabalho.

Este salão internacional, referência de excelência no domínio do humor gráfico, recorreu ao ‘cartoon’ editorial e à caricatura, que representam para a Imprensa um espaço crítico único e insubstituível. Este é um dos domínios jornalísticos onde o intercâmbio internacional se deve praticar de forma intensa.

O “Grande Prémio World Press Cartoon – Sintra 2005” foi para o cartunista argentino Crist com o trabalho “Indígena Virtual”, publicado no Diário Clarín, de Buenos Aires, a 27 de Outubro de 2004.

Os trabalhos ficaram expostos no Centro Cultural Olga Cadaval, onde foram apreciados por centenas de visitantes.

A cerimónia que agora se realiza, assinala mais uma etapa na história do ‘World Press Cartoon’. Além da presença de Fernando Seara, a apresentação contou também, com o cartunista António Antunes (António, de seu nome artístico), que é Director do World Press Cartoon, e outras personalidades.

A “UNICEF” e a Câmara de Sintra unidas pelos direitos das crianças

No ano em que a Convenção sobre os Direitos das Crianças comemora o 16º aniversário, o Comité Português para a UNICEF e a Câmara de Sintra voltam a dar as mãos na organização de um encontro que se realizou no dia 21 de Novembro, pelas 14h30, no Centro Cultural Olga Cadaval, e que contará com a presença de Fernando Seara, Presidente da autarquia.

Estimular as crianças para o exercício de direitos e deveres da cidadania é o grande objectivo desta iniciativa que contou com a presença de 250 crianças provenientes das instituições do Programa Cidadania, Direitos e Responsabilidades das crianças: Casa Seis-Associação para o Desenvolvimento Comunitário; Creche Sempre em Flor, Centro de Bem-Estar Social de Queluz; Associação Juvenil Ponte e Solami – Associação de Solidariedade e Amizade de Casal de Cambra.

Este programa foi promovido pela autarquia em parceria com o Comité Português para a UNICEF e fornece ferramentas úteis aos profissionais que intervêm junto de crianças e jovens no domínio da educação para a cidadania.

Em debate vão estar cinco áreas temáticas

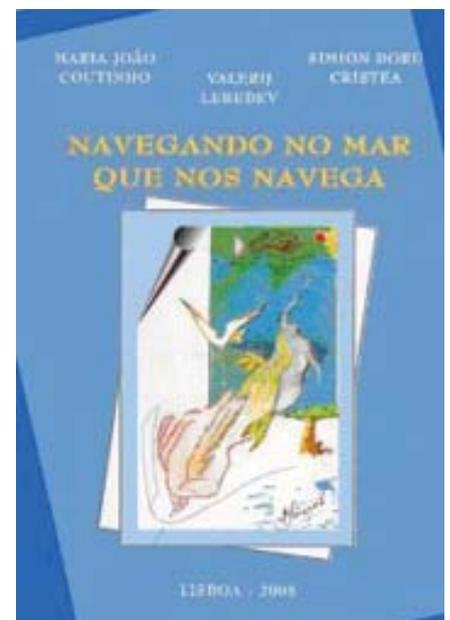


eleitas pelas crianças: “As crianças no mundo”, “A vivência do espaço urbano”, “Os afectos na família”, “As relações no grupo e na comunidade em contextos marcados pela diversidade” e “A participação das crianças na escola”.

Para responder às questões colocadas pelas crianças estiveram presentes representantes das entidades promotoras da iniciativa e do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens Sintra Ocidental e Conselho Nacional de Educação.

O programa incluiu, ainda, apresentações preparadas pelas instituições e um pequeno espectáculo musical.

– Gab. Imp. Câmara Sintra



REGULAMENTO DE QUOTIZAÇÕES

Artº 1º

(Formas de Pagamento)

1. O militante só pode optar por uma das seguintes formas de pagamento:

- a) Cartão Multibanco;
- b) Cheque ou vale postal;
- c) Transferência bancária.

2. O pagamento da quota é da responsabilidade individual de cada militante, não sendo admitido o agrupamento de militantes num mesmo pagamento, salvo no caso de pertencer ao mesmo agregado familiar.

3. A quota anual vence-se no primeiro dia do mês correspondente àquele em que o militante foi admitido no Partido. No mês anterior os Serviços Centrais enviarão a cada militante um aviso de pagamento.

Até ao último dia do mês de vencimento da quota, considera-se no pleno uso de todos os seus direitos, o militante que haja liquidado a quota do ano em curso.

4. No caso de transferência bancária, estes pagamentos serão automáticos, até o militante dar ordem em contrário.

Artº 2º

(Regulamentação do Pagamento de Quotas)

1. Contribuir para as despesas do Partido através do regular pagamento das quotas. (artº 7º, alínea C dos Estatutos Nacionais)

2. Cessa a inscrição no Partido dos militantes que deixem de satisfazer o pagamento das quotas por período superior a dois anos. (artº 9º, nº 4 dos Estatutos Nacionais)

Artº 3º

(Deliberação da Comissão Política Nacional)

1. O valor da quota mínima é de € 12 anuais.

2. Serão isentos de pagamento de quota os militantes que o requeiram, encontrando-se na situação de desempregados ou de aposentados com pensões de reforma abaixo dos 300 € mensais.

a) Os requerimentos relativos aos militantes na situação de desempregados deverão ser anualmente dirigidos ao Secretário-Geral, devidamente acompanhados de prova documental.

b) Os requerimentos relativos aos militantes na situação de aposentados, deverão ser apresentados ao Secretário-Geral uma única vez, igualmente acompanhada da respectiva prova documental.

3. Os militantes da JSD pagarão 50% da quota mínima em vigor.

Artº 4º

(Isenção)

Os militantes podem requerer, ao Secretário-Geral, a isenção do pagamento de quotas em situações previstas pela Comissão Política Nacional. Para esse efeito, existem nas Secções, impressos próprios distribuídos pelos Serviços Centrais.

Artº 5º

(Disposições Finais)

Sob proposta do Secretário-Geral, a CPN pode deliberar alterações ao presente regulamento durante o mês de Novembro, com entrada em vigor no dia 1 de Janeiro do ano seguinte.

(Aprovado pela Comissão Política Nacional do PSD em 8 de Novembro de 2005)



ALIJÓ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alijó, para reunir no próximo dia 30 de Novembro, pelas 21h00, na Escola Secundária de Alijó, sita na Avenida 25 de Abril – Alijó, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise dos resultados Eleitorais Autárquicos;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

ALMEIRIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Almeirim para reunirem em Assembleia de Secção no próximo dia 25 de Novembro de 2005, pelas 21h00, na sede concelhia sita na Rua Bernardo Gonçalves nº 110, em Almeirim, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise dos resultados eleitorais autárquicos;
2. Outros assuntos de interesse.

Por lapso dos Serviços do Povo Livre, e a convocatória ter dado entrada a tempo, pedimos desculpas aos nossos leitores pela sua publicação só neste número

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção para reunir no dia 5 de Dezembro de 2005, pelas 20h30, na sede concelhia em Castelo Branco, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política.

MOITA

Convoca-se a Assembleia de Secção do PSD Moita, para reunir no dia 3 de Dezembro, pelas 18 horas, na sede do Núcleo do PSD, Centro Comercial, Zona F, Loja 3, no Vale da Amoreira.

Ordem de Trabalhos:

1. Informações
2. Análise da situação politico-partidária

MONCHIQUE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Monchique para reunir em Assembleia, a realizar no dia 3 de Dezembro (sábado) pelas 16h00 na sede concelhia, sita na Rua D. Francisco Gomes de Avelar 7 1º com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Aprovação do relatório de contas do ano de 2004;
2. Análise da situação política concelhia, regional e nacional.



Por lapso dos serviços a convocatória da Secção de Valongo foi publicada com a data incorrecta, assim sendo publicamos a convocatória já rectificada.

VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD Valongo, para o dia 20 de Dezembro de 2005, pelas 16h00 na Sede Concelhia, sita na Rua Rodrigues de Freitas, n.º 870, em Ermesinde, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 – Eleição para a Comissão Política de Secção e Mesa de Plenário de Secção.

NOTA:

A entrega das listas far-se-á até às 24h00 do dia 17 de Dezembro de 2005, na Sede Concelhia.

A urna de voto estará aberta das 16h00 às 20h00.

O Presidente da Mesa
(Hélio Rebelo)

NÚCLEO de RIO TINTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário de Núcleo

Residencial de Rio Tinto para Assembleia eleitoral, no dia 29 de Dezembro de 2005, pelas 20h00, na Sede do Núcleo Residencial do PSD de Rio Tinto, sita na Avenida Dr.º Domingos Gonçalves Sá, n.º 430, Edifício Rio Tinto I, Sala 15, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto 1 – Eleição para a Comissão Política de Núcleo Residencial;

Ponto 2 – Eleição para a Mesa de Plenário de Núcleo Residencial.

NOTA:

1- As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos, na Sede do Núcleo Residencial do PSD Rio Tinto.

2- As urnas estarão abertas até às 23 horas.

O Presidente da Mesa
(Daniel Fangeiro)

NÚCLEO LITORAL do PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário de Militantes do Núcleo Litoral do Porto da JSD para reunir no próximo dia 29 de Dezembro de 2005 com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário do Núcleo.

NOTA:

O acto eleitoral decorrerá das 21h00 às 23h00, na Rua de Corte-Real, n.º 25.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do

Plenário até às 24h00 do dia 26 de Dezembro.

O Presidente da Mesa
(Francisco Vieira)

ALMEIRIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD convoca-se o Plenário de Secção de Almeirim para reunir no dia 7 de Janeiro de 2006 (Sábado), pelas 15h00, na Sede que sita na Rua Bernardo Gonçalves, 110, Almeirim, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 – Eleição da Comissão Política de Secção, da Mesa do Plenário de Secção e do representante do CDES;

2 – Informações;

3 – Análise da Situação Política.

NOTA:

1 – As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Secção de Almeirim;

2 – As candidaturas a todos os órgãos da JSD serão apresentadas por listas completas propostas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros e deverão ser acompanhadas das respectivas declarações de aceitação de candidatura de todos os candidatos;

3 – Os primeiros 30 minutos seguintes ao período da contagem do quorum, servirão para a apresentação de listas, sendo que posteriormente a urna permanecerá aberta por um período de 1 hora. Assim sendo a urna estará aberta das 15h30 às 16h30.

O Presidente da Mesa
(João Miguel Lopes)

DESPACHO nº 3/2005

Efeito suspensivo das eleições dos órgãos distritais da JSD de Castelo Branco

Nos termos do disposto no art. 35º, nº 2 al. a), e tendo em atenção a cópia da Acta da Assembleia Eleitoral em anexo, bem como o estipulado no nº 6 do art.12º do Regulamento Eleitoral da JSD, resulta como provável a alteração, durante o acto eleitoral, da qualidade de Membros da Assembleia Eleitoral, irregularidade que, a proceder a final, fere da anulabilidade o acto ora impugnado.

Deliberação tomada em reunião ordinária do CJN, a 9 de Julho de 2005.

Os membros do Conselho de Jurisdição Nacional, Pedro Reis, Fernando Gonçalves, Teresa Violante, Mónica Palhares, Tiago Sousa Dias

Delegação da JSD Vila Pouca de Aguiar visita Parlamento Europeu



Uma delegação da de representantes da Comissão Política de Secção da JSD de Vila Pouca de Aguiar visitou, no passado dia 8 de Novembro, o Parlamento Europeu. Esta era constituída pelos companheiros Carlos Pinto e Ana Rita Dias, que tiveram a oportunidade de constatar e observar o funcionamento da estrutura.

O ponto alto dessa visita foi o encontro com a Euro-deputada Dr.ª Assunção Esteves, tendo havido oportunidade para uma breve troca de ideias relativamente a questões relacionadas com a União Europeia.

JSD Mourão elege novos órgãos após bom resultado Autárquico



No passado sábado, 12 de Novembro, foram eleitos os novos órgãos da secção da Juventude Social Democrata de Mourão. Este foi um passo essencial para reanimar uma secção que estava sem órgãos eleitos há mais de um ano.

Foram pois eleitas as companheiras Sara Correia e Tânia Saião para Presidentes da Comissão Política de Secção e da Mesa do Plenário respectivamente.

Depois do acto eleitoral, realizou-se um jantar-convívio com a tomada de posse dos novos dirigentes, em que marcaram presença responsáveis do PSD de Mourão e da Distrital de Évora da JSD.

Refira-se que o melhor resultado autárquico obtido pelo PSD no Distrito de Évora ocorreu neste mesmo concelho, ficando os sociais-democratas a poucos votos de uma vitória nas eleições. Segundo os dirigentes locais este será mais um importante passo para o alcançar de uma vitória já em 2009.



Secção da JSD de Loulé lembra dia do Não Fumador

A JSD Loulé celebrou no passado dia 17 de Novembro o dia do Não Fumador com o lançamento de uma campanha de sensibilização relativamente aos malefícios do tabaco.

Para o efeito foi preparado um flyer com informação sobre os componentes químicos do tabaco, os seus efeitos sobre os fumadores passivos e activos, entre outras questões importantes relacionadas com o tema.

COMPOSIÇÃO DO TABACO

O fumo do tabaco, para além do nicotina, contém cerca de 4720 substâncias tóxicas, entre elas, o radon, o chumbo, o arsénio e o picrato. O alcatrão é composto por vários componentes, alguns deles cancerígenos, e transporta a nicotina para os pulmões. O radon é um gás radioactivo que se liberta da queima do tabaco, e a poluição atmosférica e a utilização do automóvel contribuem para a sua formação.

FUMADORES PASSIVOS

Um cigarro aceso produz dois litros de fumo, e que o fumador aspira e decide depois de filtrado nos pulmões, sendo o restante inalado e se deposita, e o que é libertado direccionado do cigarro, a 1 litro involuntariamente por terceiros, tornando estes fumadores passivos.

Estes absorvem da mesma forma que os fumadores, as substâncias existentes num cigarro, mas em menor quantidade, dependendo da extensão e intensidade da exposição, e tratar-se de um ambiente fechado.

Os fumadores prejudicam a saúde dos não fumadores, sendo os principais grupos de risco as grávidas, as crianças e os asmáticos. Uma pessoa que não fuma em contacto com fumadores, normal de um dia, chega a fumar o equivalente a uma média de 1 a 4 cigarros.

EFEITOS DO TABACO NO SER HUMANO

- Doenças respiratórias, devido à deposição de alcatrão, levando à bronquite crónica (relativamente a não fumadores).
- Câncer dos pulmões, laringe, boca, esófago e outros, devido aos carcinógenos do fumo do cigarro (aumento da susceptibilidade em 11 vezes relativamente ao não fumador).
- Doenças vasculares, levando à amputação de membros.
- Doenças gastrointestinais e úlceras, afecção da nicotina.
- Diminuição da capacidade do sistema imunitário.
- Impotência e a infertilidade.
- Em caso de gravidez, aumento do risco de mal formação no feto, parturimento prematuro, baixo peso ao nascer e sintomas da morte súbita.

MOTIVOS PARA DEIXAR DE FUMAR

Se fumas, deves ter a consciência de que fumar reduz consideravelmente a qualidade de vida e o bem-estar do indivíduo, não se trata apenas de um problema dos fumadores mas de todos, pois os fumadores incomodam os não fumadores impondo circunstâncias indesejáveis a estes, e é sem dúvida um motivo a ter em consideração.

Uma grande razão para deixares de fumar prende-se à saúde, pois fumar reduz a esperança de vida, conduzindo a muitas mortes prematuras. Dá-se uma melhoria das capacidades desportivas e mentais. O factor económico também é relevante, pois se fizeres contas ao fim do mês, verificas que a uma quantidade de dinheiro considerável que poupas.

O aspecto físico e estético, pois o cheiro característico impregnado na roupa desaparece, o paladar e o olfacto melhoram, os dedos e a dentição deixam de estar amarelados, reflectindo-se num aspecto mais saudável.

COMO DEIXAR DE FUMAR

- 1- Pedir ajuda a um médico
- 2- Reduzir lentamente o número de cigarros diários
- 3- Afastar-se de ambientes onde o fumo possa causar uma recaída

DADO ESTATÍSTICO

4 milhões de mortes por ano a nível mundial, devem-se a doenças relacionadas com o tabaco, ou seja, uma morte em cada 8 segundos. Se não forem tomadas medidas preventivas este número ascenderá a 10 milhões de mortes em 2020, uma morte cada 3 segundos ...

PENSA NISTO...!!!

DIA DO NÃO FUMADOR
17 DE NOVEMBRO

PENSA POR TI!!!

Núcleo JSD de Lanheses lança 5ª edição do boletim informativo “A SETA”

A Núcleo da JSD de Lanheses (Viana do Castelo) lançou recentemente a quinta edição do seu boletim informativo mensal.

Desta feita é dado especial destaque ao bom resultado obtido nas eleições autárquicas e à candidatura do Professor Cavaco Silva à Presidência da República.

O documento pode ser descarregado na página oficial da JSD Lanheses em:
<http://www.biginvent.net/jsdlanheses/>

Cavaco Silva na TVI e em viagem ao Brasil

O Professor Cavaco Silva foi o último ouvido pela TVI, no conjunto das entrevistas de pré-campanha para as Presidenciais.

Duas das suas mais interessantes afirmações foram a de que «Nunca me apresentei como dono dos votos dos portugueses» e, em relação ao seu manifesto, «Eu próprio o escrevi, não encomendei a ninguém, não perguntei a ninguém como é que irei actuar, para que ninguém tenha dúvidas!

«Agora, em lugar de andar com retórica aqui e acolá, vou empenhar-me, quando falar com os portugueses, em explicar porque é que me candidato e como pretendo exercer a minha magistratura», afirmou.

Cavaco Silva manteve do princípio ao fim da entrevista os princípios que orientam a sua campanha e as suas intervenções políticas sublinhando como mensagem final: “Vou usar todo o meu tempo explicando aos portugueses aquilo com que podem contar. Irei cumprir o que escrevi no texto ‘As Minhas Ambições para Portugal’. Não saio daqui. Sou um homem de palavra”.

Mantendo-se sempre à margem das críticas de que tem sido alvo, Cavaco Silva falou sobretudo do futuro que pretende para Portugal. Explicou como tencionava exercer o seu mandato e como vai conduzir a sua campanha de modo a dar a conhecer a situação do País. O grande objectivo é evitar que os portugueses percam o desafio do futuro.

“O Presidente da República deve estar acima dos partidos políticos” e só deve intervir quando é chamado a pronunciar-se. Por isso, aceita os poderes do Presidente da República tal como estão consagrados na Constituição. E lembrou, mais uma vez, que “só em situações extraordinárias o Presidente da República deve dissolver a Assembleia da República”.

No seu entender, o Presidente da República deve ser um agente do desenvolvimento. Para isso, precisa de perceber a realidade portuguesa: “...os níveis de confiança estão muito baixos. Esta eleição será a oportunidade para nos próximos quatro anos alterar a esta situação”, evidenciou.

Para desempenhar este papel, Cavaco Silva destacou a importância da palavra do Presidente da República e o seu conhecimento situação internacional, e sobretudo, das mudanças que tem ocorrido e, a propósito, lembrou que a sua



experiência passada inclui participação em vinte e nove Conselhos Europeus e a chefia de um deles, quando foi a vez de Portugal.

Com a sua experiência de governo, de professor e investigador, salientou que, à capacidade política, junta conhecimentos técnicos. “Quem não percebe que o mundo mudou nos últimos 10 anos não vejo como pode ajudar”, referiu.

Neste momento, venceu várias vezes preocupar-se em “salvaguardar o futuro dos portugueses”, e em sublinhar que “os portugueses sabem que sou um homem de palavra”. Por isso, afirmou, “nunca me apresentei como dono dos votos dos portugueses”.

Cavaco Silva, no Brasil contacta comunidade portuguesa

Desde o dia 19 que Cavaco Silva está no Brasil, numa viagem de esclarecimento e contactos com a comunidade portuguesa.

Em São Paulo, durante uma visita a Santos, no litoral do Estado, o candidato defendeu o aprofundamento das relações económicas entre Portugal e o Brasil.

“Existe um grande campo para aprofundar a cooperação económica entre os dois países e Santos, como primeiro núcleo de fixação dos portugueses no Brasil, tem grande importância nesse processo”, disse.

Cavaco Silva salientou ainda que a cidade de Santos, com o seu porto, um dos principais do Brasil, tem “especial importância nesse novo impulso nas relações económicas”

entre os dois países.

O candidato foi recebido pelo prefeito João Paulo Tavares que apresentou a placa comemorativa da passagem do então Primeiro-Ministro português pela cidade, a 11 de Junho de 1988, durante a sua primeira visita oficial ao Brasil.

Cavaco Silva sublinhou a “grande transformação, progresso e o dinamismo” da cidade de Santos, nesses últimos 15 anos, e recebeu de presente uma miniatura de um dos três eléctricos doados pela cidade do Porto.

Os eléctricos passarão a percorrer os percursos históricos da cidade, nomeadamente a zona das praias e a parte histórica de Santos, uma das cidades mais antigas do Brasil.

O candidato salientou que a decisão de realizar cimeiras anuais entre Brasil e Portugal foi tomada, durante seu Governo, em Maio de 1991, com o então presidente brasileiro Fernando Collor de Melo.

Cavaco Silva visitou a Beneficência Portuguesa de Santos e participou de um almoço com a comunidade portuguesa, em que participaram cerca de 500 pessoas.

O candidato afirmou que a decisão de se candidatar às presidenciais foi um “imperativo de consciência”, por sentir que pode contribuir “nessa fase difícil para ajudar Portugal a encontrar um caminho de esperança”.

“Posso contribuir para melhorar a imagem de Portugal no Mundo e para mobilizar as energias nacionais e fazer de Portugal novamente um país de sucesso”, salientou.

O candidato lamentou o facto de Portugal ter tido quatro primeiros-ministros, nos últimos três anos, e quatro ministros das Finanças, num período de 12 meses.

“Portugal precisa de estabilidade para recuperar-se das dificuldades e o presidente tem que ser mais do que um

moderador, tem que ser um agente de desenvolvimento”, disse.

Cavaco Silva fez um apelo para que os portugueses no estrangeiro participem nas presidenciais, de forma a “escolher o melhor candidato para ajudar Portugal a sair da actual situação”.

Cavaco Silva regressou a São Paulo para viajar até ao Rio de Janeiro, última etapa de sua visita de três dias ao Brasil. No domingo teve mais um encontro com a comunidade portuguesa, num almoço que reuniu cerca de mil pessoas na Casa da Vila da Feira e Terras de Santa Maria, no bairro da Tijuca, Rio de Janeiro, onde Cavaco Silva foi saudado como “futuro Presidente da

República”.

Aos jornalistas, Cavaco afirmou que “irá lutar para inverter os baixos níveis de desenvolvimento nacional”.

O candidato voltou a garantir ser sua intenção criar uma assessoria política para tratar dos assuntos dos 4 milhões de portugueses emigrados, lembrando ter tentado, durante anos, garantir aos portugueses residentes no exterior o direito de voto para a presidência. E prometeu visitar comunidades no exterior pelo menos a cada dois anos.

O candidato às presidenciais portuguesas declarou-se muito “preocupado com a actual situação dos jovens portugueses” e reiterou a sua promessa de contribuir para um novo ciclo de progresso em Portugal.

“Farei tudo que estiver ao meu alcance para que os jovens portugueses que estão a partir para o estrangeiro, neste momento, encontrem também em Portugal uma janela de oportunidades”, afirmou.

“Conheço as mudanças profundas que decorreram ultimamente no Mundo. Não me candidatei contra ninguém, meu compromisso solene é com Portugal”, disse, voltando a defender a estabilidade política em Portugal para que os governos cumpram os mandatos para os quais foram eleitos.

“Devemos remar todos no mesmo sentido para que Portugal reencontre novamente o caminho do sucesso. Conto com a ajuda dos portugueses que vivem no estrangeiro. O esforço de todos é muito importante neste momento”, afirmou, a encerrar o seu improviso.

Cavaco Silva regressou no mesmo dia a Portugal, encerrando assim esta digressão de três dias ao Brasil, que incluiu visitas às comunidades portuguesas de São Paulo e Santos.